

**O TURISMO NO ESPAÇO URBANO DE NATAL/RN: DAS
PRIMEIRAS INICIATIVAS A INTENSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE**

*TOURISM IN URBAN AREA OF NATAL-RN: FROM THE FIRST
INITIATIVES TO THE ACTIVITY INTENSIFICATION*

*LO TURISMO EN EL ESPACIO URBANO DE NATAL/RN: DE LAS
PRIMERAS INICIATIVAS A LA INTENSIFICACIÓN DE LA
ACTIVIDADE.*

Edna Maria Furtado

Doutora em Ciências Sociais e Professora do Departamento e da Pós-Graduação em
Geografia - Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rua Ilíria Tavares Galvão, 46 – Apto 1402; Tirol – Natal/RN; CEP 59.022 – 460
ed@ufrnet.br

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a trajetória histórica concernente ao desenvolvimento do turismo na cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, transitando, principalmente, pela geografia, pelas ciências sociais e pela economia, em uma abordagem matricial que desconhece as limitações tradicionais da ciência e reconhece a complexidade que envolve o mundo atual. Em face desse entendimento, foram analisadas as imbricações sócio-econômicas que remodelam a paisagem natalense sob a égide da nova economia do setor de serviços, capitaneada pelo turismo, em um intenso processo de reconfiguração da cidade.
Palavras-chave: Turismo, Espaço urbano e Natal.

ABSTRACT

This study aimed at examining the historical path concerning the tourism development

in the city of Natal, capital of the state of Rio Grande do Norte, going through by geography, social sciences and economy, in a matrix approach that ignores the traditional limitations of science and recognizes the complexity around the world nowadays. In light of this understanding, they have been analyzed the socio-economic connections that reform the landscape of Natal under the aegis of the new service-sector economy, led by tourism, in an intense process of city reconfiguration. Key-words: Tourism; Urban Area and Natal.

RESÚMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la trayectoria histórica acerca de lo desarrollo de lo turismo en la ciudad de Natal, capital de lo estado de Río Grande do Norte, transitando, principalmente, por la Geografía, las ciencias sociales e la economía, en una abordaje matricial que desconoce las limitaciones tradicionales de la ciencia e reconoce la complejidad que envolve lo mundo actual. A partir de ese entendimiento, fueron analizadas las imbricaciones socio-económica que renovan la paisagem natalense sob o prisma de la nueva economía de lo sector de servicios, capitaneadas por lo turismo, en un intenso processo de reconfiguración de la ciudad.

Palabras-Claves: Turismo. Espacio urbano. Natal.

INTRODUÇÃO

Transformadora de espaços e produtora de territórios, sobretudo nas cartografias urbanas, o turismo vem se configurando como uma das atividades econômicas que vem se desenvolvendo nos mais diversos lugares do mundo, revestida por um manto de complexidade que permite extensas análises, sob óticas diversas.

Nesse sentido, como prática social configuradora de um conjunto de atividades econômicas, o turismo reproduz, como qualquer outro setor produtivo, as contradições do sistema capitalista. Evidenciado como elemento capaz de promover significativas mudanças, essa atividade exerce importante papel sócio-espacial e, dessa

forma, vislumbra-se como uma das práticas econômicas de expressiva capacidade em reproduzir os mecanismos do sistema capitalista.

Partindo dessa perspectiva, elencou-se como objetivo desse trabalho, analisar a trajetória histórica concernente ao desenvolvimento do turismo na cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, levando em consideração as relações entre políticas públicas, crescimento do turismo e espaço urbano.

Para a composição desse estudo, utilizou-se como estratégia metodológica o diálogo entre a bibliografia pertinente à temática e um levantamento de dados e informações da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), da Prefeitura Municipal de Natal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da pesquisa de campo.

A cidade de Natal e seus arredores têm se pronunciado fortemente como um dos pólos turísticos do Brasil, esboçando, na sua configuração urbana, uma nova espacialidade. A marca disso é um intenso processo de mudanças estruturais e embelezamento urbano e a formação e/ou consolidação de bairros privilegiados, seja nos seus sítios naturais, seja na sua dotação de bens de serviços e consumo.

Esses bairros, em seu conjunto, darão forma à “onda” de intencionalidade turística e permitirão um “retrato da cidade por ela mesma”, demonstrando como estão dispostos espacialmente alguns indicadores que localizam esses espaços privilegiados. Embora eles não sejam estruturados para o turismo, a análise desses bairros em conjunto permite observar que há um processo de embelezamento da cidade e uma procura por tornar seu espaço harmonioso, principalmente no que se refere àqueles onde transitam os turistas e as elites locais. Essa configuração espacial de Natal, segundo Gomes; Silva; Silva (2002, p. 298-299), “[...] encaminhou um processo de formação de novos territórios do terciário [...]”, com “[...] uma redefinição do seu uso [...] uma vez que as inovações [...] do território têm sinalizado para modernas atividades comerciais [...]”.

Ao contrário da maior parte das capitais nordestinas situadas no litoral, o que confere peculiaridade a Natal, nesse seu crescimento em eixos paralelos e interiores, é resultante de seu sítio natural. Enquanto cidades como Aracaju, Maceió, João Pessoa e Fortaleza possuem extensas áreas planas imediatas à linha de praia - possibilitando que cada uma cresça margeando o oceano e aí localize seus “bairros de status”, deixando-os circunscritos às áreas já aprazíveis paisagisticamente –, a cidade de

Natal, cresceu de costas para a sua linha de praia, separada geomorfologicamente por uma falésia, como a da avenida Getúlio Vargas, e pelo cordão dunar do Parque das Dunas, protegido por instrumentos legais, voltados à preservação daquele ambiente.

Com essa muralha natural à existência de bairros de status (sobretudo na sua área mais central), seus moradores instalam tais bairros em áreas mais distantes da orla, sem que necessariamente isso implique uma periferação social, a exemplo do que ocorre na maior parte dos bairros distantes da linha de praia nas cidades nordestinas.

Natal mostra-se pródiga na construção de uma imagem positiva, uma vez que sua espetacularização não ficou circunscrita às áreas turisticadas, extrapolando esse embelezamento e outros ícones de modernização para bairros que não fazem parte necessariamente do roteiro dos visitantes. Assim, a cidade ganha um envoltório de beleza, fazendo-a parecer harmônica, sobretudo quando comparada a outras cidades da região Nordeste. Scherer (2002, p. 83) destaca que “essa caracterização da cidade-espetáculo” torna-se um poderoso instrumento na competição interurbana pela captação de capitais de toda espécie, confirmando assim as palavras de Castells (1999). Esse fato é emblemático para a cidade de Natal. Ela viabiliza seu crescimento e sua expansão ao continuar captando novos recursos dos mais diversos setores produtivos, sob a égide de um discurso de melhoria das condições econômicas da população local e de excelente nível de qualidade de vida. Sobre esse assunto, Borja e Castells (2004) apontam a existência de um conjunto de fatores capazes de atrair investimentos para as cidades: entre outros, o dinamismo econômico, nível de vida, aspectos sociais, os transportes, cultura, educação e segurança. Isso tem possibilitado um despertar cada vez maior de atenções e interesses – individuais/coletivos e públicos/privados em direção à cidade.

ENTRE “MIRAGENS E MILAGRES”¹: OS SIGNIFICADOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O turismo caracteriza-se como uma das maiores seduções dos tempos modernos, que envolve um conjunto muito vasto de relações, influências, motivações, desejos e representações. Daí ele ter exercido um forte fascínio nos deslocamentos humanos, sendo vislumbrado como uma das atividades econômicas mais promissoras do século XXI e mais modificadoras dos espaços, sobretudo, urbanos.

Para uma melhor compreensão das mudanças espaciais urbanas, é necessário sistematizar os fundamentos conceituais do turismo, considerando a magnitude desse fenômeno e a dinamização do local onde ele se desenvolve. A partir da Segunda Guerra Mundial, com o fordismo e o crescimento do padrão de consumo, o turismo tornou-se relevante para a economia mundial, deixando de usufruir passivamente do espaço e tornando-se um condicionante no processo de produção deste.

Depois de passar um longo período de crescimento econômico, denominado por Eric Hobsbawm (1995) e outros de “idade de ouro” - que durou da Segunda Guerra Mundial até o final da década de 60, período em que houve grande ampliação das forças produtivas -, o capitalismo passa a ter de conviver com alguns elementos que são sinais evidentes do esgotamento dessa fase de expansão. De modo mais preciso, instala-se uma forte recessão que põe fim ao intenso processo de crescimento econômico anterior e que se materializa na contração dos investimentos, no lento crescimento e mesmo na queda de produtividade, ou ainda, na redução do ritmo da atividade econômica e na diminuição dos níveis de emprego.

Para fazer frente a essas adversidades, passou a ter lugar um conjunto de iniciativas que objetivava superar a crise. Naquele momento tornava-se imperativo buscar alternativas capazes de reencaminhar o sistema. A partir de então, verifica-se a ocorrência daquilo que convencionalmente se denominou reestruturação produtiva.

A crise do fordismo, iniciada nos anos 1960, trouxe alternativas que valorizaram as forças integradoras do capitalismo. O turismo responde a essa integração pela facilidade em amalgamar espaços sem necessariamente requerer uma coesão social. Nesse contexto, a extensão da atividade do turismo, que até então apresentava uma dinâmica lenta, aponta para tradicionais pólos turísticos até o final dos anos de 1960 e início da década de 1970, denotando, assim, um leque de opções limitado. Entretanto, em meados das décadas de 1970/1980, o turismo avança em direção a países e regiões que não faziam parte daquele circuito já estabelecido.

A expansão da atividade em escala mundializada e a sua organização impõem a necessidade de tratá-la como um novo campo das ciências humanas e sociais. Para tanto, se fazia necessário sistematizar conceitos e discutir a complexidade da atividade, que se diferencia em face da sua extensividade e intensividade. São forjados, então, os primeiros conceitos de turismo, que, como se verá, não são bem delimitados, nem tampouco consensuais. Com o objetivo de padronizar a definição de turismo, a

Organização Mundial do Turismo (OMT) afirma ser este “[...] o deslocamento para fora do local de residência, por período superior a vinte e quatro horas e inferior a sessenta dias motivado por razões não econômicas”.

Ao fazer uma tentativa de ampliação do conceito de turismo, a Organização das Nações Unidas (ONU) assim o definiu:

[...] uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando a satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada. Para o país receptor, o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local formando exportações invisíveis. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade (WAHAB, 1991, p. 26).

Trata-se de conceitos que tentam sistematizar a complexidade que envolve o tema; entretanto, no meio acadêmico, tal conceituação passa a ser discutida por estudiosos como La Torre (1992, p. 26), que apresenta a seguinte definição de turismo:

[...] é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Já Coriolano (1998, p. 29) o conceitua como uma “[...] forma mais elitizada de lazer, ou seja, uma modalidade do uso do tempo livre que exige viagens,

deslocamentos, infra-estrutura urbana e de serviços, transportes e hotéis”. Constitui-se, portanto, em um modo de vida com implicações diretas na dinâmica social.

Sabe-se que a grande maioria desses estudiosos considera o turismo fenômeno econômico gerador de rendas; tal atividade, no entanto, parece ir além desse fato. Como afirma Almeida (1996, p.185):

O turismo se configura como um processo de produção de um complexo de imagens, atores e territórios para que a exploração possa ser efetivada. O turismo ao contrário do que se pensa, não é somente consequência natural dos desenvolvimentos tecnológicos de transporte de massa, das comunicações. É também, mais uma forma de exploração planejada, uma estratégia de dominação sobre os países subdesenvolvidos, porém ainda ricos de ecossistemas naturais de interesse turístico.

A citação acima denota a diversidade que se verifica não só nas opiniões dos estudiosos do turismo, mas, sobretudo, nos entendimentos sobre como a atividade vem se desenvolvendo nos mais diversos lugares do mundo, envolta em uma complexidade que permite extensas análises, sob óticas diversas.

Sendo o turismo um elemento transformador de espaços e um produtor de territórios, sobretudo, nas áreas urbanas, é necessário refletir sobre a complexa rede de relações que o produz e é produzida pelo seu surgimento e desenvolvimento. Nesse processo de refazer espaços turísticos, o Estado atua como protagonista na estruturação da atividade e se torna um poderoso indutor de investimentos privados. Em Natal, o crescimento da atividade turística, nos últimos anos, foi capaz de não só produzir espaços turistificados para o visitante, mas refazer espaços intra-urbanos já existentes, que são um reflexo direto da incorporação do turismo à economia local.

As diversas conceituações de turismo não esgotam a complexidade dos elementos que o compõem, bem como não traduzem a real grandeza desse fenômeno. O crescimento que a atividade turística experimentou nas últimas décadas do século XX levou ao que Cazes (1996, p. 79) denominou “expansão da [...] arena concorrencial do turismo”, estendendo a alguns países periféricos a complexa rede de serviços envolvidos na atividade. Na esteira dessa expansão, o Brasil se apresenta como um

desses novos espaços e o poder público assume um discurso de desenvolvimento através do turismo e a função de mediador dos conflitos gerados no setor, considerando a complexidade de atores nele envolvidos.

Num cenário de economia global, em que há enfraquecimento do poder do Estado, crescimento de redes transnacionais e unificação de mercados, respondendo a uma tendência de capitalismo mundial, o turismoⁱⁱ tem-se traduzido como fonte de expansão desse capital, vindo a consolidar-se nas mais diferentes instâncias através do consumo e da produção de espaços, situando-se, na atualidade, entre os três maiores produtos geradores de riqueza (RODRIGUES, 1997b).

Em face dessa expansão da atividade em escala mundial, é possível observar uma tendência das empresas de turismo a se tornarem cada vez mais especializadas. Nessa perspectiva, a competitividade dos mercados bem como as exigências da demanda têm promovido uma reestruturação da atividade, gestando uma clientela específica em torno de produtos segmentados e alternativas bem diversificadas. Nesse contexto, a globalização traduz

[...] a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa (GIDDENS, 1991, p.69).

Não restam dúvidas quanto à expansão intensiva (por aporte de capitais) e extensiva (por alcance espacial) da atividade turística, em um cenário de muitos atores e muitos atos, ou ações. Isso ocorre concomitantemente ao processo de internacionalização econômica e de tecnização dos transportes e das comunicações, que rompe definitivamente o isolamento geográfico das sociedades e urbaniza o modo de vida, através da generalização das cidades e das metrópoles e a mundialização de relações políticas e econômicas, ultrapassando fronteiras nacionais numa tendência de padronização global.

Por outro lado, não devemos entender a globalização como algo uniforme. Existe uma exclusão que se dá em duas vertentesⁱⁱⁱ. A primeira, de forma mais genérica e ampla, é apontada por Araújo (2000, p. 270): “[...] esse processo é seletivo. Ele exclui lugares, países, continentes[...]”. Isso vem ocorrendo, sobretudo, quando pensamos na atividade turística, que elege suas vedetes e as produz. Algumas regiões e/ou cidades são alçadas todos os anos aos circuitos do turismo mundial. No

caso do Brasil, tal fato se torna emblemático a partir dos anos 80, com novos locais, sobretudo cidades, entrando na disputa pelos crescentes fluxos de visitantes. Reforça tal situação, a chegada de grandes corporações empresariais que atuam nos diversos setores de atividade - hotelaria, lazer, alimentação, agenciamento – ou em outros serviços com ela relacionados direta ou indiretamente.

A segunda vertente dessa exclusão se dá em um âmbito mais individual, mais reduzido, porém tão “contudente” quanto o primeiro. Discorrendo sobre tal aspecto, Valença (2002, p. 312) destaca os trabalhadores “[...] sem emprego e ajuda do Estado [...]”. Alguns teóricos que discutem o turismo afirmam que, na fase de instalação, as relações estabelecidas entre a atividade e os habitantes locais têm se construído em meio a contradições, sobretudo, àquelas relacionadas com o mercado de trabalho gerado pela atividade. Constrói-se um círculo que se retroalimenta da seguinte forma: ao se instalar, a atividade necessita de mão-de-obra pronta e qualificada para ser imediatamente absorvida; entretanto, tem se deparado com uma força de trabalho que sequer dispõe de escolaridade mínima, o que constitui um obstáculo ao acesso aos postos de trabalho mais bem remunerados. Esses trabalhadores não têm disponibilidade nos seus orçamentos familiares para o custeio de sua capacitação, permanecendo na informalidade ou naqueles postos que apresentam baixos níveis de exigência profissional e salarial.

Ao analisar tal situação, Lefebvre (1999) entende que são criadas novas bases materiais, ocasionadas e ditadas pela rapidez que tem movido o desempenho de atividades em toda a estrutura social. Assim, reportando-se a Marx, Lefebvre (1999, p. 176) diz:

A reprodução das relações de produção implica tanto a extensão quanto a ampliação do modo de produção e de sua base material. Portanto o capitalismo, por um lado, se estendeu ao mundo inteiro, subordinando a si as forças produtivas antecedentes e transformando-as para seu uso. Por outro, o capitalismo constituiu novos setores de produção e conseqüentemente de exploração e de dominação; entre esses setores, citam-se: o lazer, a vida cotidiana, o conhecimento e a arte, a urbanização, enfim [...].

Para o autor, o resultado desse duplo processo é que o capitalismo se manteve estendendo-se ao espaço inteiro, dos países por ele considerados limitados – a exemplo da Inglaterra, de alguns de parte do continente europeu e, depois, da América do Norte –, e conquistando o globo. Após ter constituído o mercado mundial, o capitalismo obteve sucessos notáveis traduzidos pela criação do lazer, do turismo, ou

seja, promoveu uma expansão/avanço do capital ao transformar cada vez mais o imaterial em mercadoria.

Instala-se, assim, um fenômeno de grande importância, que se manifesta como uma tendência resultante da generalização do modelo de consumo – a desregionalização dos circuitos espaciais de produção –, impedindo a existência da relação direta entre a produção de determinada região e o modelo de consumo que ela segue. Reafirma-se, assim, a pouca importância que os lugares têm quando desconectados dessas redes e fluxos de consumo sejam esses produtivos ou imateriais, ou mesmo quando alimentados pela fetichização das mercadorias e dos lugares como grifes e, portanto, como mercadorias também.

Com o nível de sofisticação tecnológica que elimina as distâncias e os obstáculos territoriais, fica mais evidente a capacidade de o modelo de consumo configurar definitivamente os destinos dos povos, uma vez que, nos países de industrialização recente, os sistemas que desregionalizam o consumo ganham tanto espaço quanto nos países de capitalismo avançado (LEFEBVRE, 1999). Nesse sentido, a base de sustentação, realização e divulgação do modelo de consumo e de produção deixa de ter o seu território regional definido, passando a prevalecer os circuitos espaciais de produção. Estes se apóiam em avançados meios tecnológicos que se organizam além das fronteiras regionais, visando inserir-se na economia global ou mundial. Seus legítimos representantes são as corporações transnacionais que operam, agenciam, fazem locações, alimentam, hospedam e transportam.

É nesse contexto que o turismo de massa desponta como atividade econômica, ou como mais uma resposta à busca do sistema capitalista mundial por situações novas que venham incrementar a sua reprodução, apresentando-se como uma opção viável ao atendimento desse objetivo. A atividade tem-se consolidado em nível mundial como uma das maiores geradoras de riquezas, contribuindo para a produção de espaços “novos”, independentemente da sua localização geográfica no globo. Mostrase, no entanto, seletiva ao “eleger” lugares para sua instalação, o que favorece a mundialização do capital (CHESNAIX, 1998)^{iv}. O turismo, assim, traduz sua importância na busca da mobilidade otimizada no uso do tempo livre, dos serviços, da infra-estrutura e do espaço.

Desse modo, a necessidade que o capital apresenta de expandir-se gera novas necessidades e cria novas mercadorias e, por conseguinte, novas atividades

econômicas. A mundialização afigura-se como mais uma fase do desenvolvimento do modo de produção capitalista, incluindo-se aí as transformações das relações sociais que levaram às conquistas dos trabalhadores urbanos em termos de redução da jornada de trabalho, de descanso semanal remunerado e férias, além das tecnologias de dominação e dos meios de transporte.

A intensificação do processo de terceirização da economia, em particular, nas áreas urbanas, com ênfase nos serviços dos setores formal ou informal, tem viabilizado caminhos pelos quais a atividade turística procura se reproduzir como parte integrante do desenvolvimento capitalista, independentemente da localização geográfica ou da sua condição em relação ao capital.

Entretanto, existem outros tantos fatores explicativos do desenvolvimento do turismo, relacionados com o intenso processo de urbanização recente no contexto nacional. Podemos citar: os investimentos públicos em infraestrutura, o aumento da renda *per capita*, o desenvolvimento dos transportes, a evolução dos sistemas de comunicação, o desenvolvimento de ampla rede de serviços ligados ao turismo, a redução da jornada de trabalho, o calendário de eventos, o *marketing* (através da divulgação dos destinos turísticos por intermédio de campanhas promocionais, nas quais os lugares são expostos ao mercado e vendidos como grife), os modismos e tantos outros fatores que favorecem a demanda turística e influenciam a dinâmica do setor, trazendo, ao debate, o “local” como palco privilegiado no desenvolvimento da atividade turística.

Coriolano (1998) aponta para uma primeira vertente da valorização local, no debate sobre o desenvolvimento, e ainda comenta sua recente incorporação. Por não ter uma tradição consolidada nas políticas de desenvolvimento, a escala “local” encontra muitas resistências históricas e institucionais no Brasil. Apesar de todo o debate existente entre o global e o local no país, observa-se que o conceito de “local” ainda se encontra muito relacionado com o poder instituído politicamente, sendo esse aparato institucional o canal de chegada às comunidades; entretanto, ao se olhar a realidade do país, verifica-se que poucos são os entes federativos que possuem essa capacidade de organização e mobilização de suas bases locais e de promoção de auto-sustentabilidade. Superar o paradigma centralizador do Estado nacional brasileiro parece ser um caminho longo a se percorrer, uma vez que os poderes locais ainda carecem de fortalecimento e instrumentalização. Isso tem se refletido, sobremaneira, na

implementação de políticas públicas voltadas para o turismo, uma vez que a maior parte dos estados e municípios não possui institucionalidade forte no tratamento da temática, deixando-a ao sabor das políticas implementadas pelo Governo Federal. A título de exemplo, podem ser citados o Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR – NE e o atual Programa de Regionalização do Turismo, implementados pelo Banco do Nordeste do Brasil e pela Fundação Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, respectivamente.

Coriolano (1998) lembra ainda que, por muito tempo, o modelo econômico brasileiro foi pautado em intervenções macroeconômicas de cujos benefícios certas regiões tornaram-se isentas por se encontrarem distantes dos centros urbanos dinamizados. O mesmo se verificou nas políticas de turismo, que privilegiaram aqueles locais onde a resposta ao capital privado era mais imediata, concentrando maior infraestrutura em determinadas cidades do país, com tradição na atividade, e relegando a plano secundário, locais que, embora possuidores de potencialidades, careciam de investimentos mais pesados para responder à racional visão de lucro que os empreendedores da iniciativa privada demandavam.

Esse processo foi agravado pelas lacunas deixadas pelas políticas de desenvolvimento em nível estadual e federal, desde o desmonte do sistema de planejamento do país, apesar da importância regional das ações desenvolvidas pelo Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), vinculado à então Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que teve seu investimento fortemente concentrado espacial e setorialmente. Dessa esfera também constam as falhas de competência das Políticas Públicas, cujas ações supõem a inter-relação de atores, tanto públicos quanto privados, e seus diversos interesses e características.

Uma outra vertente do debate sobre desenvolvimento reside nas propostas de desenvolvimento sustentado, o que implica, para o turismo, que a atividade seja desenvolvida respeitando a cultura local, o meio ambiente e o lugar. Para Ruschmann (1997, p. 37),

Os impactos do desenvolvimento turístico sobre o patrimônio natural e cultural são percebidos local, regional, nacional e internacionalmente. A intensidade dos impactos, tanto positivos como negativos, pode apresentar-se nesses diferentes níveis. Em alguns casos, os impactos não são relevantes e, em outros, comprometem as condições de vida ou a atratividade das localidades turísticas.

Tomando por base o turismo como elemento de discussão, cumpre dizer que, no clima de incerteza e desafio imposto pela contemporaneidade, essa atividade se apresenta como mais uma possibilidade de desenvolvimento no imenso jogo de relações no que tange ao funcionamento das sociedades. Entretanto, por tratar-se de uma atividade que responde a uma tendência de capitalismo mundial – marcada pela globalização –, o turismo tem se traduzido também como fonte de expansão desse sistema, consolidando-o nas mais diferentes instâncias, através do consumo e da produção de espaços. E mais: tem respondido de forma bastante satisfatória aos agentes/atores nele envolvidos, seja pela sua capacidade de reproduzir de forma ampliada o capital, seja pelo poder de “renovar” o discurso do desenvolvimento e da sustentabilidade e, até mesmo, da inclusão das populações locais e do efeito econômico da atividade.

Embora o efeito multiplicador seja algo real, não é possível afirmar que aconteça da mesma forma e com a mesma intensidade em todos os locais. Para que se verifiquem tais diferenciações, é necessário um “olhar” para o passado do lugar e para as relações sociais que nele existiam. Tal fato fica evidenciado por Ruschmann (1997), quando estabelece a relação entre o turismo e o lugar ou entre o turista e o habitante do lugar.

A autora aponta cinco fases que se estabelecem na instalação da atividade. Na fase inicial, existe euforia: as pessoas se entusiasma com o desenvolvimento do turismo, e as oportunidades, que são abundantes e aumentam com o crescimento do fluxo. Na segunda, predomina a apatia: na medida em que a atividade cresce, o visitante passa a ser considerado como um “meio” na obtenção de lucro fácil, tornando os contatos mais formais. Na terceira, ocorre a saturação: a atividade já não consegue mais atender às exigências da demanda. Na quarta, fica evidenciado o antagonismo: os moradores do local já não disfarçam a irritação e responsabilizam os turistas por todos os problemas que atingem o lugar. Por último, na quinta fase, a população se conscientiza de que não considerou todas as modificações que poderiam decorrer da chegada da atividade e se vê obrigada a conviver com a atividade ou tentar atrair um outro tipo de visitante, mas já consciente de que a atividade se desenvolverá independentemente de sua anuência. Tal fato fica ilustrado em um trecho da obra de Krippendorff (2000, p. 67), que descreve o turismo praticado na Grécia:

Os turistas são os inimigos mais poderosos que existem, porque eles nos são indispensáveis. Por diversas razões não podemos reservar-lhes a mesma sorte dos inimigos de antigamente, que simplesmente matávamos, mas podemos ficar mudos.

Ao discutir a questão que envolve desenvolvimento e sua relação com o turismo, não é possível negar as dualidades que se estabelecem, conforme já foi destacado. Entretanto, sacralizar ou satanizar essa relação poderia levar a uma análise reducionista e empobrecida, considerando as múltiplas relações que se estabelecem (ALMEIDA, 1996).

Ruschmann (1997) ressalta a magnitude da importância da atividade para os indivíduos e para os lugares. Na sua discussão, aponta benefícios sem deixar de considerar o lado maléfico para as populações locais. A autora enumera alguns efeitos, tais como a geração de empregos e a monetarização das economias locais, uma vez que a chegada das novas relações de trabalho e a expansão dos postos de trabalho implica uma penetração de maior quantidade de capital (imobilizado e na forma líquida). Este efeito da atividade na economia local tem reflexos diretos na aceitação das populações locais, que podem se enfraquecer ao longo do seu desenvolvimento, relatado anteriormente.

Já os aspectos negativos apresentados pela autora apontam em direção a efeitos perversos que se perpetuam sobre as populações locais. Entre eles está a dependência excessiva do turismo, o que tem levado diversas localidades a absorverem essa atividade como condição única para o seu desenvolvimento. Tal fato tem ocorrido, sobremaneira, nos países considerados como “novas destinações”, que constantemente evidenciam lugares “da moda”. No Brasil, tal fato fica evidente ao se observar o número de lugares elevados à categoria de “vedetes” do turismo, como, por exemplo, Canoa Quebrada e Jericoacoara (CE); Pipa (RN); Delta do Parnaíba (PI); Itacaré, Morro de São Paulo e Porto Seguro (BA).

A fragilidade dos lugares não fica circunscrita à dependência econômica do turismo, mas tem um rebatimento manifesto no aspecto social e cultural. Conforme foi apontado, existem fases na relação da população local com a chegada da atividade. Entretanto, as mudanças no padrão de comportamento social e cultural das populações têm sido objeto de constatações que demonstram uma “espetacularização”, decorrente de um processo de aculturação no qual o habitante local procura estilizar a autenticidade

e a espontaneidade de sua identidade, algumas vezes como forma de garantir a sua sobrevivência no “novo espaço turistificado”.

Ao longo do tempo, o turismo foi se diversificando e o Brasil foi sendo estruturado para incorporá-lo como atividade econômica. Configurando-se nacionalmente como produtor de renda e emprego, o turismo vem sendo tratado de forma apologética pelo seu “efeito multiplicador”. Como consequência, ao longo dos últimos anos, muitas cidades do país e algumas pequenas localidades se colocaram “disponíveis” para a chegada do turismo.

Cabe, assim, indagar sobre o significado do conceito de desenvolvimento gerado pela atividade turística e, ademais, investigar o sentido que esta assume no contexto das políticas adotadas em prol das práticas turísticas em níveis mundial, nacional e, precisamente, local, sem perder de vista as políticas regionais igualmente vigentes. Isso supõe considerar os diversos espaços valorizados pelas sociedades, aí destacando-se as possibilidades técnicas que permitem a sua apropriação - aqui entendida como novas tecnologias e investimentos e fixos do capital (construções, infra-estrutura, etc.) de que fala Santos (1991), em função dos quais atuam, em conjunto, fatores políticos, econômicos e culturais. Nesse contexto, para qualquer apreensão do papel que compete ao turismo no processo de produção, ordenamento e reordenamento de espaços, em função de seu uso, é preciso considerar inúmeras variáveis que compõem um imenso jogo de relações, do qual essa atividade representa apenas uma parte no processo de desenvolvimento.

Desse processo, constam as articulações do turismo com o espaço urbano e a promoção do crescimento socioespacial como um mecanismo ideológico da manutenção do poder das classes hegemônicas. Conforme Castilho (1999, p.163),

No contexto da globalização, mediante a turistificação de espaços urbanos, com base na expansão, diversificação e modernização das atividades ligadas ao turismo, as elites buscam fazer crer que o desenvolvimento pode ser concretizado mediante o aprofundamento de tais relações.

Sob tal perspectiva, convém destacar a importância assumida pelo lugar como suporte ou base para a compreensão do desenvolvimento, através de cujas relações os espaços se organizam e reorganizam mediante as interferências feitas pelas políticas públicas, em função do crescimento do próprio território. Contextualizando com o turismo como prática social configuradora de um conjunto de atividades

econômicas, cabe dizer que essa prática reproduz, como qualquer outro setor produtivo, as contradições do sistema, não obstante concorra para promover o desenvolvimento.

Observa-se que, na procura de se estabelecerem as relações entre o turismo e o desenvolvimento no espaço da cidade de Natal, torna-se necessário considerar os contextos histórico e geográfico em que tais categorias se inscrevem, desde que iluminadas pela ótica da reflexão crítica, enfatizando-se, também, os aspectos econômicos e socioambientais.

Em assim sendo, não se pode perder de vista a correlação que se estabelece entre desenvolvimento e turismo, este entendido como produção de novas demandas, cuja participação concorre para intervir no espaço da cidade modificando-o, ao mesmo tempo em que interfere no processo de desenvolvimento do estado, em que se localiza.

A TRAJETÓRIA DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA “CIDADE DO SOL”

Nas duas últimas décadas do século XX, a cidade de Natal experimentou um expressivo crescimento da atividade turística, conseqüência da implantação de equipamentos e infra-estrutura que tinham, e têm, como objetivo inscrever o estado do Rio Grande do Norte e, em particular, a sua capital, no circuito competitivo do turismo do Nordeste brasileiro.

Mas é na década de 1960 que, de forma incipiente, Natal dá os primeiros passos rumo ao turismo. O marco inicial desse caminho foi a construção do Hotel Internacional dos Reis Magos, na Praia do Meio, considerado, então o único estabelecimento de hospedagem com qualidade para receber visitantes, posto que, durante muito tempo, pertenceu apenas ao Grande Hotel, localizado no bairro da Ribeira. O Hotel Reis Magos passou a ser uma referência para quem visitava a capital potiguar e tornou-se um ícone de *glamour* para a época, com sua boate Babelô, freqüentada pelos poucos turistas, e, sobretudo, pela alta sociedade natalense.

Com o surgimento da atividade turística, a economia da cidade é marcada pelas políticas implementadas por intermédio da Empresa de Turismo do Rio Grande do Norte (EMPROTURN), empresa criada em 1971, com a finalidade de dinamizar este setor no RN e, especialmente, em Natal. Partindo de três grandes linhas

de ação, esse órgão tinha por objetivos: estudar as potencialidades turísticas locais, propagar as belezas de Natal e dotar a cidade de infra-estrutura para o turismo.

Entretanto, somente a partir de 1980, quando as políticas de cunho industrializante se esgotaram, o fenômeno do turismo passou a adquirir relevância e se firmou como atividade econômica. Paralelamente, no contorno da cidade, foram feitas algumas modificações estruturais voltadas para a promoção dessa atividade. A proposta de expandir o setor do turismo coincide com o fechamento de diversas plantas industriais, originadas no período em que os incentivos da SUDENE estavam em pleno vigor.

Deve-se ressaltar que, nesse primeiro momento, coube a grupos econômicos já tradicionais no estado, protagonizar a atividade, visto que mais uma vez o capital migrou de tradicionais setores produtivos, sobretudo o da construção civil, para o novo setor que se expandia: o turismo e suas atividades complementares.

No final dos anos de 1970 e início de 1980, a cidade passa por grandes transformações. No entanto, a cidade, que já possuía uma configuração espacial moderna com o traçado de amplas avenidas, continua a sofrer intensas (e sistemáticas) mudanças. Lopes Júnior (2000, p. 37) retrata bem essa situação:

[...] as paisagens urbanas de Natal antes da emergência da atividade turística, foram fortemente moldadas pela espacialização social derivada da ocupação militar [...] e pelos espasmos de industrialização da década de setenta. Nessas paisagens, a cultura do funcionalismo público e a apropriação espacial militar coexistiam com o velho poder oligárquico, cuja reprodução apoiava-se nas atividades econômicas tradicionais no interior do Rio Grande do Norte [...] e na secular captura dos aparatos locais do Estado.

Portanto, ao se “produzir” para sua elite, a cidade já se preparara para a chegada de uma atividade que se apropriaria de sua beleza natural, bem como de seu espaço produzido socialmente. Para sua entrada nos circuitos de comercialização do turismo, a cidade necessitava de equipamentos, considerando que o produto essencial ao seu desenvolvimento, ela já possuía: a beleza e as paisagens aprazíveis.

Assim, a EMPROTURN, hoje Secretaria Estadual de Turismo, implantou programas especiais com a finalidade de atrair capital para a cidade, aplicando os investimentos na infra-estrutura urbana, especialmente em áreas potencialmente turísticas. No período de 1977 a 1984, quando Natal entrou no Programa de Cidade de Porte Médio, os recursos investidos foram vultosos, distribuídos

nos diversos setores, entre estes: desenvolvimento de artesanato, transportes urbanos, melhoramento de vias, drenagem de áreas etc.

Mas, somente a partir da década de 1980, o *boom* turístico ocorreu em Natal. O governo realizou inúmeros implementos como forma de atração de capitais privados para a cidade, visando desenvolver o turismo, o que, na realidade, aconteceu. Dentre as muitas realizações de incentivo ao setor, destaca-se, nesta fase, o Projeto Parque das Dunas / Via Costeira (doravante chamada de Via Costeira), elaborado e criado pelo Decreto nº 7.538, de 19/01/1979.

A Via Costeira, com 8,5 km de extensão, entre as praias urbanas de Areia Preta e Ponta Negra, foi inaugurada em 1983 e constituiu-se no marco mais importante na expansão do turismo em Natal. O objetivo desse projeto era dotar Natal de uma infra-estrutura hoteleira, até então insuficiente, para a concretização da proposta de incrementar o turismo na cidade e inseri-la no circuito nacional. Atendia, portanto, à necessidade de se dar competitividade ao setor turístico local.

O projeto de construção da Via Costeira e sua fileira de hotéis insere-se no que se denomina “política de megaprojetos turísticos”. Esse é o marco inaugural das primeiras ações no estabelecimento de políticas públicas de cunho federal, estadual e/ou municipal direcionadas para a implantação e desenvolvimento do turismo regional e local. Nesse momento, o turismo passa a adquirir relevância no contexto da economia urbana e se faz sentir mais fortemente.

É interessante observar que a construção da Via Costeira atravessou os mandatos de cinco governadores (1975–1990), considerando-se o processo de idealização, planejamento, execução, inauguração e reformulação. A intervenção do poder público, seja de forma direta, como na implementação da Via Costeira, seja indireta, reflete-se na cidade pelos investimentos na execução de diversos projetos na área de infra-estrutura.

Estes, embora não decorressem diretamente dos organismos ligados à atividade, como a EMPROTURN, em muito contribuiriam para incentivar o turismo, que se apropriava dessas obras. Entre elas, destacam-se aquelas que viabilizaram a circulação, tais como: a construção do viaduto de Ponta Negra, em 1974; o asfaltamento da estrada de Ponta Negra, com quase 7 km de extensão, em 1975; a duplicação da pista Natal/Parnamirim, em 1975; a urbanização das praias de Natal; a pavimentação da estrada de Igapó-Redinha, com quase 8 km de extensão, em 1975; a abertura e a

pavimentação da avenida do Contorno, com 1.300m de extensão de pista dupla, em 1977, e a pavimentação da avenida Prudente de Moraes, em pista dupla, em 1979. Adicionalmente, outras intervenções podem ser enumeradas: o aparelhamento do Centro de Turismo, em 1976; a urbanização da orla marítima com calçadão, asfalto e muros de arrimo, em 1979; a restauração de monumentos; a instalação de uma área de camping no Jiqui; a ampliação da rede de hotelaria de Natal e municípios do RN, iniciada em 1977. Extinta a Secretaria Estadual de Turismo, foi criada a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo (SECTUR) em 1986, numa fase em que o turismo em Natal estava em plena expansão.

Nos anos de 1980, novos projetos, que vão de obras de infra-estrutura a eventos que promoveram a cidade, passando pela institucionalização da atividade, foram implementados com vistas à dinamização do turismo. Inaugurou-se, assim, uma segunda fase de intervenções: a construção do novo terminal rodoviário de Natal, em 1981, localizado no bairro de Cidade da Esperança; a construção dos Viadutos do Baldo e Beira-Canal, em 1981, ligando o Tirol à Ribeira, o Alecrim ao Centro; o melhoramento e recapeamento do asfalto das avenidas Salgado Filho e Hermes da Fonseca; o asfaltamento da estrada Natal/Touros RN-64 numa ação conjunta DNER/Governo do Estado/BNDES, em 1983; a construção do Centro de Convenções Via Costeira, em 1983; a criação do Conselho Municipal do Turismo (COMTEUR), em 1985; a construção do Terminal Turístico da Redinha, em 1986; a pavimentação da estrada Redinha/Genipabu, em 1986; o Centro Cultural (antigo Quartel Geral do Exército), na Cidade Alta, transformado em Memorial Câmara Cascudo, em 1987; a realização de eventos como o Festival de Cinema de Natal, o 1^o Encontro de Empresários do Turismo e o 5^o Congresso da ABAV (com 4 mil agentes de viagens), em 1987; a construção do Pavilhão para grandes eventos, em 1988; a incorporação do litoral norte ao circuito do turismo; a duplicação, a iluminação e o asfaltamento da estrada Igapó/Redinha, em 1988, e a duplicação do trecho Via Costeira/Ponta Negra/Praia de Pirangi, em 1988.

Todas essas obras resultaram da adoção de uma política continuada de investimentos públicos em Natal, requisitados por esse setor da economia local, como mostra o documento Indicadores de Turismo, 1981-1989^v (EMPROTURN-RN, [199-]). No que se refere ao crescimento do turismo, a construção da Via Costeira foi o marco inicial para lançar Natal no competitivo mercado nacional de turismo. Assim, não se

pode negar que o megaprojeto Via Costeira se constituiu no primeiro grande empreendimento turístico da cidade que envolveu governos e empresas privadas. Estas nem sempre tinham experiência no ramo do turismo, uma vez que muitos dos grupos que partiram para os empreendimentos hoteleiros eram egressos da construção civil, sobretudo, aqueles que haviam se capitalizado em função das políticas do Sistema Financeiro de Habitação. Tratava-se de uma política de infra-estrutura que ia ao encontro dos interesses dessa “nova” elite empresarial local.

As ações governamentais implementadas visando à expansão do turismo local privilegiaram a participação da iniciativa privada, que se beneficiou de incentivos e isenções fiscais e financiamentos diversos e passou a contribuir para a transformação de Natal em uma cidade com capacidade de atrair investidores.

Em contrapartida, todo o arsenal de implementos turísticos levados a efeito em Natal fez com que a taxaço de impostos incidisse indiscriminadamente sobre áreas que pouco se beneficiaram da gama de obras realizadas, uma vez que a política tributária municipal urbana recaiu sobre a população residente como um todo.

Na década de 1990, empresas européias e do Mercosul apostaram no turismo em Natal. Nesse período, com o objetivo de divulgar Natal como cidade turística, os operadores e agentes de viagens e outros empresários estiveram presentes em feiras internacionais, campanhas publicitárias e, ainda, 14 *workshops* e *fan tours* (viagens feitas por grandes operadoras para familiarização, contatos e descobertas), com o objetivo de divulgar Natal como cidade turística.

Essa ação resultou na chegada de mais de 90 vôos internacionais, em 1994, e no estabelecimento da rota Milão/Roma/Natal. O Carnatal, evento promovido pela iniciativa privada com apoio da Secretaria Municipal de Turismo (SEMTUR) de Natal, acarreta um fluxo turístico médio de 50 mil pessoas. Podem ser referidos ainda: a construção do novo Aeroporto Augusto Severo, em 1999; o aumento do número de leitos nos hotéis de 4.358 para 6.061, nas categorias de duas a cinco estrelas, no período de 1997 a 1999; sem contar a proliferação de mais de 200 pousadas espalhadas pelos bairros da cidade, principalmente aquelas próximas das praias.

Um dado importante chama a atenção: em 1995, a receita do turismo no RN atingiu um total de 533 milhões de dólares; em 1999, com a crise econômica e a desvalorização do real, ela caiu para 300 milhões de dólares (JORNAL DO TURISMO, 1999-2001). A rede hoteleira foi o setor que cresceu expressivamente nesse período.

Essa expansão também decorreu da difusão de novas atividades complementares à economia local, o que fortaleceu o capital comercial ao trazer para Natal novos serviços, que lhe conferiram uma característica de cidade terciária.

O crescimento da cidade, aliado à implementação da atividade turística, trouxe como consequência a necessidade de um novo reordenamento do território urbano. Ao longo desse tempo, observa-se um crescimento econômico considerável associado à forte desigualdade socioespacial. O novo Plano Diretor, (o sétimo) em vigor desde setembro de 1994, irá, segundo os órgãos oficiais competentes, possibilitar um ordenamento mais adequado ao sítio urbano, garantindo o “crescimento harmônico da cidade”. É um plano cujo processo de elaboração se deu com a participação popular por meio de órgãos de representação, em reuniões de bairros, com diversos segmentos da sociedade.

Apesar dessa marca “democrática”, ainda se observa um distanciamento da realidade urbanística de Natal, uma vez que se verifica uma carência crescente de infra-estrutura em quase toda a extensão da cidade, além da exacerbação dos problemas ambientais urbanos, o que compromete a qualidade de vida de seus habitantes. A exceção fica por conta das áreas de interesse turístico.

A preocupação principal da gestão pública é, na realidade, dotar a cidade de ordenamento direcionado ao desenvolvimento econômico, mediante incentivo aos setores econômicos. Essa dinamização criou, entretanto, um descompasso entre essa política efetivada e a oferta de bens e serviços, tais como: educação, saúde, lazer, transportes e saneamento básico. Esse fato é reconhecido pelos próprios gestores públicos, quando afirmam:

[...] o crescimento demográfico não se fez acompanhar nas mesmas proporções de um processo de desenvolvimento urbano ordenado e de expansão de sua economia gerando distorções na distribuição espacial da cidade, tornando ineficazes e irrisórios os investimentos na área urbana, agravando o déficit da infra-estrutura e dos equipamentos sociais (PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, 1995).

O que se percebe é a necessidade de flexibilização do instrumento em um exercício de aproximação da realidade urbana, que mostra um dinamismo exacerbado, sobretudo quando se trata de cidades do porte de Natal. A rigidez permite-nos inferir que tais planos surgiram principalmente como mecanismos de atenuação de problemas já postos e, de forma complementar, com alguma visão de futuro.

Como exemplo, tem-se a recente “quebra” do gabarito estabelecido no Plano Diretor da Cidade (1994), o que permitiu a ampliação do potencial construtivo dos bairros de Ponta Negra e Areia Preta, acelerando os seus processos de verticalização. Essa ação decorre da realidade dinâmica e conflituosa, resultante da estrutura social estabelecida, na qual o poder econômico exerce pressão sobre a “maioria”. Nesse contexto, a despeito da implementação das ações de planejamento, tais instrumentos não têm conseguido dar conta da solução de alguns problemas urbanos^{vi} de maior magnitude.

Isso leva a crer que esses programas urbanísticos não impediram que Natal chegasse à atualidade com sérios problemas urbanos, agravamento das condições de vida e falta de infra-estrutura adequada para satisfazer as suas necessidades sempre crescentes. Tal situação demonstra que, algumas vezes, eles têm sido implementados contrariamente aos interesses dos habitantes da cidade.

Outro exemplo é que a execução de políticas com vistas ao turismo tem acarretado uma forte segregação espacial decorrente da valorização do solo urbano, pois, cada vez que uma área é dotada de elementos de infra-estrutura, sua tributação aumenta e a pressão imobiliária se intensifica. Assim, as populações de baixa renda são expulsas para locais mais distantes, especialmente pela alteração dos impostos incidentes na área. Sobre esse afastamento das comunidades nativas, observou Krippendorff (2001, p. 85):

Destinando-se [as áreas] exclusivamente aos turistas elas também podem ser totalmente desfavoráveis ao encontro. Elas não convêm aos autóctones, ou estes não podem ter acesso às mesmas, seja por falta de dinheiro ou porque sejam indesejáveis e até mesmo por proibição. É a política da segregação em vez da integração.

Outros mecanismos ainda podem ser citados: a destruição da fauna e da flora das áreas dunares, descaracterizando a paisagem; a poluição visual e sonora; os problemas sociais com o aumento da circulação das drogas, da prostituição e dos casos de AIDS; a falta de incentivo às atividades tradicionais como a pesca, em áreas como Ponta Negra e Redinha, acarretando o aumento exagerado do preço do pescado; a circulação da renda gerada pelo turismo, que fica concentrada geralmente em grupos restritos; a intensificação do tráfego provocando congestionamentos, especialmente em direção às praias, nos corredores turísticos da cidade.

Diante dessas e de outras contradições perversas do ordenamento urbano que se constata em Natal, percebe-se que o processo de urbanização voltado para o turismo pelo qual a cidade vem passando nos últimos anos tem se caracterizado por inúmeras transformações, tanto estruturais quanto socioespaciais. Nesse sentido, a cidade é obrigada a se compor diante das necessidades provenientes do turismo, conforme ressalta Castrogiovani (2000, p. 26):

[...] Os espaços urbanos [...] tendem nas suas modalidades a entrar nos padrões da moda [...] Aqui, é o produto que tem o poder, e não a consagração dos valores individuais. O consumidor passa a ser submisso ao produto turístico. A cidade passa a ser também repensada pela nova necessidade em oferecer certo produto turístico e vai ganhando novos *designs* [...] Ela sofre movimentos de acordo com o próprio compasso social solicitado pelo capital.

Como em muitas cidades brasileiras situadas no litoral, Natal passa a adotar o modelo voltado para o binômio sol/mar, constituindo e/ou construindo espaços objetivamente voltados para a atividade e outros que lhe são complementares. Tardiamente, em relação às outras capitais nordestinas, promove uma tentativa de resgate e/ou conservação de seu patrimônio histórico, processo pelo qual muitas cidades já vêm passando, ao buscar partilhar esse binômio sol/mar com outras modalidades de turismo. Cidade de 400 anos, utiliza-se das políticas de revitalização. No entender de Cruz (2001, p. 53),

Uma faceta [...] de apropriação do patrimônio histórico arquitetônico pelo turismo diz respeito ao uso que passa a fazer desse objeto, com a chegada do turismo, sem que, necessariamente, estes sejam submetidos a transformações físicas importantes.

Assim, o embelezamento de antigas construções vem sendo incorporado às ações de governo, no sentido de integrar essas construções à vida cotidiana da cidade. Algumas conservam suas funções, como é o caso do Teatro Alberto Maranhão; outras, não. Em outras circunstâncias, há o que Cruz (2001) denomina “estandardização”, pois o processo de revitalizar espetaculariza as construções utilizando cores que sequer existiam quando da sua edificação original, sem falar nas funções, que também são sobremaneira modificadas, a exemplo da Capitania das Artes, do Memorial Câmara Cascudo e do Palácio das Artes (antigo Palácio do Governo do Estado).

Para a autora, “O turismo apropria-se desse patrimônio, mudando seu significado original”. Esses “centros” em geral têm sido incorporados às atividades de lazer que dão suporte à atividade turística “[...] por meio de novos usos, como bares, restaurantes, lojas de *souvenir*, entre outras estruturas voltadas ao atendimento do usuário turista” (CRUZ, 2001, p. 56).

Além das mencionadas anteriormente, algumas construções da rua Chile exemplificam como esse processo ocorre em Natal. Portanto, o processo de crescimento da cidade permitiu a continuidade da descentralização espacial de suas atividades econômicas, sobretudo rumo aos três grandes eixos de crescimento da Zona sul, objeto de sistematização no presente trabalho. Nesse contexto, as tradicionais áreas centrais da cidade, como Ribeira, Alecrim e Cidade Alta, passam a dividir sua hegemonia comercial com os novos centros. A cidade vai se espalhando, e sua economia, sobretudo no setor de comércio e serviços, vai ganhando novos bairros e construindo novos espaços para neles atuar.

Muda a cidade, mudam os signos, mudam as imagens, mudam as paisagens. A Natal do século XXI incorpora o turismo, o fetiche do belo, o desejo de estar no lugar que confere *status*. A cidade internaliza a pós-modernidade^{vii} num painel de colagens que se distancia de suas raízes e, conseqüentemente, do lugar, incorporando múltiplas territorialidades. Como a representação adquire maior importância do que o lugar, este se torna opaco: “Devido à ênfase dada a estética, a perspectiva pós-moderna [...] concentra-se em máscaras, não na própria atividade de mascaramento, enfatizando o significante e não o significado; os signos e não as coisas; e a estética e não a ética [...]” (LENCIONI, 1999, p. 182).

A configuração da atividade turística como destaque no contexto da economia constituiu-se em estímulo para investigar e analisar os fatores que concorreram para o crescimento do município de Natal – como cidade turística – no período de 1980 a 2000. Cumpridas essas etapas, será possível avaliar em que medida esse crescimento surtiu efeitos negativos e/ou positivos sobre a vida econômica da cidade, sem perder de vista as implicações da atividade turística no processo de configuração e reconfiguração socioespacial, bem como as transformações viabilizadas pelas políticas públicas implementadas nesse setor, o que parece responder sempre a interesses e acordos de classes hegemônicas, em comum acordo com os dirigentes públicos.

Como conseqüência dessas concessões públicas, expandiu-se a rede hoteleira e foram implementados alguns equipamentos urbanos voltados para os transportes, tais como: pontes, viadutos, pavimentação de vias expressas, ampliação e restauração de portos, aeroportos, expansão de vias férreas, frotas de táxi etc. Foram obras realizadas pelo poder público.

Os investimentos governamentais objetivaram transformar a cidade de Natal não somente para o turismo, visto que outras atividades econômicas dão sustentação à economia local. No entanto, não se pode deixar de considerar a magnitude do turismo e sua participação na composição do PIB municipal, nem tampouco reconhecer que a atividade se apropria da infra-estrutura que nem sempre lhe foi destinada de forma direta. Assim, os governos municipal e estadual, contando com recursos federais, passaram a dotar a cidade de infra-estrutura, que, em determinados momentos e espaços, vinculava-se diretamente à demanda turística.

Essas intervenções foram co-partícipes na implantação e no desenvolvimento da atividade turística, construindo novos espaços e remodelando outros já existentes que seriam apropriados pela nova economia que se instalava na cidade e possibilitava sua inserção em uma complexa rede de fluxos.

CONCLUSÕES

Na década de 1990, momento em que na cartografia urbana de Natal se intensifica a atividade turística e esse processo é dinamizado pela globalização, a cidade reconfigura-se espacialmente. Tanto o turismo como outras atividades econômicas que reforçam o sistema urbano influenciaram (e ainda influenciam) sua dinâmica espacial recente. No turismo, o processo de globalização ocorre de forma diferenciada no espaço mundial, “escolhendo” lugares, engendrando um processo que tece redes e incorpora cidades e regiões, mas também pode descartá-las quando não mais consegue sua reprodução a contento dos atores hegemônicos.

Exerce, portanto, um papel paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que é vislumbrado como oportunidade de transformação econômica das realidades locais (como em Natal), passa a constituir-se em uma atividade vulnerável e de certo modo “crítica”, sobretudo pelo seu poder de apropriar-se dos espaços urbanos locais, o que muitas vezes acontece de forma sutil, permitindo um falso e fugidio encantamento.

Nesse sentido, Natal é uma síntese de tudo que uma cidade pode representar com relação à capacidade de modificação de áreas apropriadas pelo turismo, pois este redimensiona o espaço, as relações sociais, a cultura, os sentimentos, enfim, modifica sua essência. Essa mutação reflete-se na apartação da cidade e mostra espaços (bairros) privilegiados na dotação de infra-estrutura e, conseqüentemente, de valorização imobiliária. Concentrando-se nesses bairros que fazem parte da “onda”, as classes de melhor renda e maior poder aquisitivo, retroalimentando um círculo, produzem espaços diferenciados não só para o bem-estar do visitante, como também para o morar das elites locais. Em face desse novo momento da economia urbana, a cidade é pressionada por dotação de infra-estrutura e serviços especializados com vistas ao turismo globalizado, requerendo investimentos públicos de maior complexidade.

Nesta pesquisa, constatou-se que o espaço urbano da cidade se transforma rapidamente (mas não somente) onde o turismo acontece. Nesse contexto, as intervenções públicas são direcionadas para além do “olhar” do turista e beneficiam também os bairros de *status*, lugar das elites que habitam esse espaços urbanos ou deles usufruem pela especulação imobiliária, pela qualidade dos serviços que ofereceu ou pela exclusividade dos bens de consumo ofertados.

Com base no entendimento dessa racionalidade que pauta a reprodução do sistema capitalista ao “eleger” espaços para viabilizar-se, pode-se concluir afirmando que um conjunto de atores hegemônicos contribuiu para promover esse recorte espacial existente na cidade de Natal e, conforme demonstrado, essa configuração espacial provocada pelo turismo tem se constituído como “uma onda” na vida socioeconômica da cidade. Assim, os espaços configurados naquilo que denominamos “onda” de intencionalidade turística não se formam somente pelo perfil de seus habitantes, mas também por concentrarem grande parte da moderna economia urbana por eles provocada, relacionada, sobretudo com o setor de serviços.

Dessa forma, Natal se configura como um espaço privilegiado de múltiplas possibilidades, que incluem os serviços, as vias, o consumo, as relações, as divergências e as convergências. Nessa cidade, o turismo se constitui em possibilidades e/ou limites, ao permitir fluxos, cujo fluir dinamiza este ponto como resposta induzida ao consumo no/do lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACERENZA, Miguel A. **Adiministracion del turismo**. México: Trillas, 1989.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Turismo e os novos territórios no litoral cearense. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.184-190.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.
- BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização: na aurora do século XXI**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BRASIL. SEPLAN. **III Plano Nacional de Desenvolvimento, 1980/1985**. Brasília: [197-].
- CASIMIRO FILHO, Francisco. **Contribuições do turismo à economia brasileira**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – USP, São Paulo, 2002.
- CASTILHO, Cláudio Jorge M. de. A turistificação do espaço da cidade de Recife: uma estratégia para o desenvolvimento socioespacial local. **Espaço e Geografia**, Brasília: UNB. DGE/Pós Graduação em Geografia, ano 3, n. 1, p.161-176, 2000
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: _____. **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2000. p.23-32.
- CAZES, George. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 77-85.
- CHESNAIS, François. A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira. Tradução Álvaro A. Comin. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 52, p. 21-53, nov. 1998.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento M. Rio Grande do Norte: novas dinâmicas mesmas cidades. In: GONÇALVES, Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antonio Carlos. **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional**. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003. p. 386-404.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do local ao global**. Campinas/SP: Papyrus, 1998.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.
- EMPROTURN. **Indicadores básicos de turismo: Rio Grande do Norte 1981-1989**. Natal: [199-].

- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: EDUSP, 1991.
- HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- JORNAL DO TURISMO. Natal: Secretaria de Turismo do RN, 1999-2001. Mensal.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Tradução Contexto Traduções. São Paulo: ALEPH, 2000.
- LEFEBVRE, Henry. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 180 p.
- LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- LIPIETZ, Alan. **Miragens e milagres: problemas de industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson. **A Construção social da cidade do prazer**. Natal-RN: EDUFRN, 2000.
- NICOLAS, Daniel H. (Org.). **Teoria y práxis del espacio turístico**. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Xochomilco, 1989.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Evaluacion de los recursos turísticos**. Madrid, 1978.
- PAIVA, Maria das Graças de Menezes Venâncio. **Sociologia do turismo**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. **Relatório Natal**. Natal, 1995.
- RODRIGUES, Adyr Balestreri. **Turismo desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- SANTOS, Pedro Antonio de Lima. **Estado e planejamento: a experiência dos planos diretores de Natal. 1974/1984**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – UFRN. MCS, Natal, 1989.
- URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VALENÇA, Márcio Moraes. Globalização. Idéias soltas no ar. In: VALENÇA, Márcio Moraes; GOMES, Rita de Cássia da Conceição (Org.). **Globalização e desigualdade**. Natal: A S editores, 2002.

WAHAB, S. **Introdução à administração do turismo**: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional, teoria e prática. Tradução Luiz Roberto de Moraes Junqueira. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

NOTAS

ⁱ Expressão usada por Alain Lipietz, como parte do título de livro (1988);

ⁱⁱ A importância econômica do turismo, seja ele em escala nacional ou global, fica evidente ao se observar que, em 1998, dos US\$ 6,7 bilhões das exportações mundiais, o turismo respondeu com 7,9% (WTO apud CASSIMIRO FILHO, 2002). O mesmo autor mostra dados da potencialidade que a atividade tem na geração de postos de trabalho, apontando que, em 1996, o segmento do turismo contava com 265 milhões de pessoas, ou 10% do total de empregos no mundo. Conforme Cassimiro Filho (2001, p.15), a receita gerada pela atividade turística cresceu 332% entre 1980 e 1999, gerando US\$ 455 bilhões para as economias dos países em que ela ocorre de forma sistematizada. Assim, o turismo consubstancia uma poderosa atividade que movimenta, em nível mundial, expressivas cifras;

ⁱⁱⁱ Embora venha sendo bastante discutida e seja discutível, a base da globalização econômica constitui-se em um conjunto de elementos que divergem em parte no que se refere aos seus reflexos para a questão do desenvolvimento em suas múltiplas escalas. Neste contexto, não se configura como modelo único; o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento local e o desenvolvimento humano incorporam outras dimensões que não se esgotam aqui. Conforme Coriolano (1998), no Brasil, a discussão sobre o desenvolvimento local foi resgatada na década de 80, no âmbito do debate sobre a descentralização e a reforma do Estado, traduzindo-se como uma proposta defendida pelos organismos supranacionais que balizam a economia dos países pobres e por entidades da sociedade civil, em resposta às suas preocupações tanto com a qualidade de vida quanto com as questões relacionadas com a cidadania. Ressalte-se que o processo de redemocratização do país, e com isso da descentralização do poder, também, em muito, influenciou a necessidade de dinamizar as atividades econômicas locais, bem como buscar uma melhor distribuição de riqueza e renda, como forma de atender aos efeitos desencadeados pela globalização, entre os quais se incluem: o aumento do desemprego, a carência de políticas sociais, a deterioração da qualidade de vida, entre outros;

^{iv} Embora o termo “mundialização” seja encontrado na literatura européia (principalmente francesa), associado constantemente aos processos econômicos e ao caráter de universalidade, representado pelas mudanças das relações sociais planetárias que atraem discursos paradoxais as novas realidades, Benko (1996) oferece importante contribuição ao termo.

⁂Esse documento registra crescimento de:

- o número de hotéis, em 250%, entre 1981-1988;
- o número de leitos dos hotéis, em 312%, no intervalo de 1981-1988;
- a taxa média de ocupação nos hotéis, em 75%, entre 1981-1985;
- a receita gerada no RN pelo turismo, a qual, em 1984, foi de aproximadamente 10 milhões de dólares, ou seja, 25% da receita estadual;
- o movimento de passageiros do Aeroporto Augusto Severo, em torno de 60%, entre 1985-1988;
- a taxa de ocupação do Centro de Convenções com eventos turísticos, 70%, entre 1985 e 1989.

^{vi} Pode-se mencionar: o esgotamento sanitário, segundo dados da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), atinge atualmente 33% da cidade, e, desse percentual, apenas 60% é tratado; a falta de saneamento básico levou a CAERN a abastecer parte da população da cidade através de poços tubulares, captando água do seu lençol subterrâneo; a poluição provocada pelos efluentes sanitários e industriais que tanto tem preocupado a população e os órgãos ambientalistas, já começa a preocupar a CAERN, pois alguns poços apresentam alta contaminação por nitratos, decorrente da infiltração dos dejetos no subsolo, com índices superiores aos considerados aceitáveis pela Organização Mundial da Saúde (OMS);

^{vii} Segundo Urry (2001), o pós-modernismo problematiza a distinção entre as representações e a realidade e isso resulta de inúmeros processos. A significação é cada vez mais figurativa ou visual, existindo assim um relacionamento entre a representação e a realidade mais próximo e mais íntimo do que quando a significação se exerce através das palavras e da música, sem as vantagens de um filme, televisão, vídeo... Além disso, há uma proporção cada vez maior dos referentes da significação; a “realidade” é uma representação ou, conforme a famosa argumentação de Boudrillard, aquilo que consumimos cada vez mais são os signos ou representações. As identidades sociais são constituídas por meio da troca de valores-sinais...Nesse universo de signos e de espetáculo, não existe verdadeira originalidade, apenas o que Eco denomina “viagens na hiper-realidade” (1986).

Recebido para publicação em dezembro de 2007

Aprovado para publicação em dezembro de 2007